

Desvendando a realidade da avaliação. Reflexões e discussões sobre o tema avaliação: concepções, equívocos e contradições

Alex Fensterseifer

Resumo Abstract

O artigo tem como primeiro objetivo verificar a avaliação da aprendizagem em uma universidade brasileira. Como segundo objetivo, o estudo apresenta algumas propostas de avaliação. *O texto partiu de uma estudo bibliográfico e de entrevistas com professores e alunos de um curso de Educação Física de uma universidade.*

The present article has as a first objective an analysis of the evaluation system in a brazilian university. As a second objective, it aims at presenting a few proposals for a change in the evaluation system used in schools and universities. *For the accomplishment of this study we based ourselves on a bibliographical review and interviews with college professors and students of Physical Education.*

Introdução

Segundo Hoffmann (1993), muito temos falado sobre avaliação. Essa preocupação tem sido registrada em encontros, simpósios e seminários, com participação de especialistas na área, professores e alunos, mas pouco se tem feito pela mudança na prática avaliativa.

Pensando em mudança na avaliação, é preciso possibilitar ao ser humano uma hipótese de construção do conhecimento, dentro de um ambiente de liberdade e emancipação, que auxilie no crescimento e no desenvolvimento global da pessoa, não deixando, dessa maneira, que o ser humano sucumba diante do autoritarismo, medo e classificação da maioria das avaliações e fazendo com que o sucesso e o fracasso sejam a continuação de uma nova caminhada rumo à construção de outra realidade. Quando falamos em construção do conhecimento, queremos enfatizar a necessidade de construí-lo criticamente, através de um processo individual e coletivo, sendo essa uma das tarefas da universidade. É nessa perspectiva emancipatória que acreditamos que a avaliação deve acontecer.

Como dizer que a avaliação tradicional garante um ensino competente, quando os meios de comunicação¹ divulgam trabalhos de pesquisa indicando que milhares de jovens, oriundos do 2º grau, são reprovados em concursos profissionais e vestibulares? Quando 24 mil candidatos tiraram nota zero num vestibular no estado do Paraná, e a maioria dos candidatos ao vestibular da UFRGS² não consegue acertar 8 questões de Física ou Matemática? Quando altos índices de evasão e retenção são características constantes em diferentes instituições universitárias e quando profissionais recém-graduados ressentem-se pela falta de teoria e prática em seus cursos ao enfrentarem seus empregos?

Dentro do quadro colocado anteriormente, podemos acrescentar a situação atual do nosso local de estudo, segundo os professores que responderam as entrevistas da seguinte maneira:

Existe a obrigação de fazer tantas avaliações e entregar as notas no Departamento. Também nunca refleti sobre as avaliações, existem normas da universidade e eu apenas cumpro. Não me causa nenhum problema seguir as normas.

As avaliações do curso de Educação Física são feitas quase que mecanicamente. Se exige um X de respostas e se essas respostas forem satisfatórias

ao professor, o aluno é aprovado, caso contrário, é reprovado.

Muitos acham que na avaliação deve se repetir tantas vezes uma determinada ação para receber uma nota.

No curso de Educação Física, tem um ou dois professores que os alunos brincam, que nas provas as questões repetem-se, e tem um número X de questões que eles sorteiam quais as que vão entrar na prova.

Concordo com as normas de avaliação porque elas são bem abertas, existe flexibilidade. Quando o aluno não consegue fazer uma coisa que eu estabeleço, então avalio o rendimento dele a partir de outros dias, porque avaliação é aquela que se faz todos os dias.

Temos uma avaliação prática adequada ao movimento. Temos avaliações teóricas e de outra natureza como auto-avaliação, apresentação de trabalhos etc, mas eu não tenho noção exata de como é realizada as avaliações, meu conhecimento é superficial.

As entrevistas com os professores mostraram que a situação da avaliação da aprendizagem no Curso de Educação Física possui vários problemas, o que podemos observar nas inúmeras leituras que fizemos na realização deste trabalho. Há professores que fazem avaliação por obrigação conforme as normas da Univer-

sidade. Outro problema é que alguns professores têm, como conceito de avaliação, uma verificação através das provas, onde se utiliza até mesmo a "metodologia do sorteio" para a elaboração de suas avaliações, mostrando, em nosso entender, um desrespeito ao aluno e à educação.

Não é discutido o nível de aprendizagem dos alunos. Existe uma transformação da qualidade em quantidade por parte dos professores. Entre os entrevistados, na maioria das vezes, a prova é o instrumento mais utilizado como único objetivo de classificar o aluno. Existe também um autoritarismo muito grande por parte dos professores, sendo que não é dada oportunidade ao aluno de se expressar. Todos esses fatores que acontecem nesta universidade reforçam o que foi pesquisado na literatura.

A visão dos alunos reforça as idéias dos professores sobre a situação atual da avaliação no Curso de Educação Física. Segundo eles:

Depende do professor, normalmente cobrar o que foi dado em aula. Os professores mais flexíveis fazem auto-avaliação.

Mensurado através da nota no score de 0 a 10.

Avaliam se a resposta está certa ou errada, alguns levam para o lado subjetivo. Mas, na maioria das vezes, eles querem que a gente escreva o que eles pensam. Às vezes, a mesma questão é

avaliada de diferentes formas em provas diferentes.

Procurando fazer uma análise quantitativa do conhecimento memorizado. Noventa por cento das disciplinas medem somente a capacidade de memorizar o conteúdo.

Basicamente, bem ortodoxa, tradicional e de nível quantitativo. Os professores colocam várias formas metodológicas diferentes, mas na hora da avaliação prevalece o método tradicional.

Através de provas teóricas e práticas, outros através da participação, relatórios, trabalhos, projetos e pelo caderno para ver se copiou toda a matéria (as gurias colocam florzinhas e capricham bem no caderno para ganhar uma nota melhor).

Só por nota e frequência, nossa experiência fora do curso não é avaliada. A avaliação é muito ultrapassada. É um colegião, extensão do segundo grau.

Segundo os alunos dessa universidade, as avaliações são feitas através de provas, trabalhos e outras formas, visando, na maioria das vezes, a memorização de conteúdos. Os alunos relataram também que o que realmente vale na avaliação é o que o professor pensa, embora alguns concedam alguma abertura, mas que é considerada pelos alunos como “falsa democracia”, porque essa liberda-

de é somente até onde o professor determinar.

Outro fato que os alunos relataram é que a avaliação que tiveram na escola é igual à da universidade, mostrando que o sistema de reprodução está funcionando perfeitamente.

Os alunos conseguem ver a avaliação somente como instrumento de medida, mas isso, com certeza, é reflexo de toda a formação que tiveram na sua vida escolar. Eles também não refletem (os professores não estimulam a discussão) sobre as incoerências a que são submetidos, na avaliação, pelos professores do curso de Educação Física.

Como conseqüência desses problemas que, aos poucos, vão desestruturando a educação, Luckesi (1995) adverte que

os dados educacionais nacionais revelam que entre as 1000 crianças que ingressam anualmente na primeira série do primeiro grau, 560 não são, ao final do ano, aprovadas para segunda série. Ou evadiram ou foram reprovadas na escolaridade. Isso quer dizer que 56% da população escolar que anualmente ingressa na primeira série do primeiro grau não chegam ao patamar da série seguinte. Dessas mil crianças somente 180 chegam ao final do primeiro grau e, aproximadamente 7 ingressam na universidade (p.63).

Luckesi (1995) entende ainda que, dessa maneira, nenhuma indústria capitalista sobreviveria com tamanho insucesso, pois quebraria nos primeiros dias. No entanto, dentro dessa mesma sociedade que, permanentemente busca a eficiência, a escola é de uma ineficiência invejável! Essa é, evidentemente, uma ineficiência que se torna eficiente, impedindo que as camadas populares tenham acesso ao saber.

Damke (1995), analisando a questão da avaliação, refere-se também aos índices de reprovação e evasão. Enfatiza que, em geral, quando os professores refletem sobre essa questão, as discussões giram em torno de qual procedimento utilizar para reduzi-los. Segundo a autora, embora isso possa ter seu mérito, tem poucas perspectivas de transformação do contexto, por se tratar de uma busca desvinculada das causas reais do problema. Os professores, na maioria das vezes, não percebem o lugar que a avaliação ocupa no planejamento, nem as funções cognitivas e sociais que exercem. Damke chama a atenção para outra necessidade, identificada por Paulo Freire durante sua gestão como Secretário Municipal de Educação da cidade de São Paulo. Entendem eles que os professores e os alunos devem ter lucidez sobre o poder dos instrumentos e o

peso da avaliação no processo pedagógico. Essa fato pode decidir, em minutos, toda a vida dos educandos.

Isso nos leva a perguntar: A avaliação é tarefa exclusiva do professor ou compromisso de ambos, professor e aluno? Superar as contradições existentes supõe, necessariamente, alterações no sistema? Sem dúvida, ampliarmos tal discussão, é necessário. Ou promovemos o debate sobre o tema ou exacerbamos as relações de poder e autoritarismo já tão anunciadas na avaliação classificatória. Mas, para contrapor essa tentativa de mudança ao autoritarismo, existe todo um contexto que, há décadas, domina a maneira de avaliar. Hoffmann (1993) mostra-nos onde se situam as resistências e contradições. Segundo ela,

a maior resistência dos professores quanto a esse aspecto reside no fato de que segue, há muitas décadas, uma prática de provas gerais ao final dos bimestres e semestres. Essa prática, de fato, inviabiliza qualquer possibilidade de acompanhamento e do diálogo ao qual nos referimos. Tal prática entretanto, não lhes deixa de ser onerosa em tempo e esforço. A maioria dos professores despende um tempo razoável em correção de provas e atribuições de notas e conceitos a cada período letivo. Entretanto, se tais provas e trabalhos são realizados após concluídos os segmentos do currículo ou após o término das aulas, jamais professores e alunos estabelecerão o

diálogo necessário à compreensão de ambobos sobre os significados de determinadas respostas (p. 152).

Os professores dessa universidade identificam outros aspectos que também impedem as mudanças, por exemplo, trabalhar numa proposta crítico-emancipatória:

Encontraria muitos mecanismos de defesa, pela prática histórica que têm os professores do curso de Educação Física.

Grande problema são as mudanças intrínsecas de cada professor.

Acho que toda a mudança deve começar pelos alunos, pois eles são os grandes responsáveis pelas mudanças. Mas é preciso instrumentalizar os alunos também.

Esse processo é de difícil implementação, pois teremos que mexer com uma estrutura universitária que está defasada, desorientada e que não faz questão de melhorar.

As turmas são muito grandes. Se o professor tivesse uma turma somente, ele conseguiria fazer isso.

Podemos notar que as resistências às mudanças estão presentes como em todo lugar.

Em todas as alterações o argumento de quem não quer modificar é colocar sempre vários problemas, mesmo quando muitos estão consci-

entes de que as coisas não estão acontecendo da melhor forma. Mas, toda essa argumentação que é feita com base no “eu acho que isso”, impossibilita a mudança, por isso, se realmente tivermos interesse em modificar, é preciso lutar pelas transformações sociais e acreditar que é possível fazê-las.

Os professores sabem que a avaliação apresenta problemas, o que dificultaria a mudança. Então a pergunta é: Por que não tentarmos modificar a situação? Não é feito, talvez, por comodismo, por medo? A maior parte da argumentação é sem fundamento e revelando que não há interesse em modificá-la.

Outro ponto a ser discutido refere-se aos problemas enfrentados pelos professores ao realizarem a avaliação. Conforme lembra-nos Hoffmann (1993), o problema da concepção de avaliação, entre os professores, demonstra falta de clareza sobre as implicações sociais da avaliação com a prática pedagógica.

Normalmente, o professor não leva em conta as implicações sociais de uma reprovação, os problemas causados numa família, a exposição do aluno perante aos seus colegas e à sociedade. Ao final desses fatores acaba resultando na desistência do curso por parte do aluno. Não estamos de-

fendendo aqui a aprovação sempre, mas o importante é que consigamos ajudar o aluno a avançar no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

Conforme Luckesi (1995), os professores elaboram suas provas não com o sentido de auxiliar o aluno na aprendizagem, mas, muitas vezes, com a intenção de reprovar seus alunos. Esses fatos possibilitam os mais variados procedimentos como ameaças aos alunos, questões com um nível de complexidade que não foi trabalhado, questões com duplo sentido para confundir os alunos, mostrando, assim, um total desconhecimento do real valor e conceito de avaliação.

O depoimento de um professor mostra que também, a avaliação classificatória está presente.

Uma das coisas que eu quero dentro da minha disciplina é separar aquele aluno que sabe mais daquele que sabe menos.

Eu preparo algumas questões que no máximo 30% dos alunos vão acertar”.

Analisando o papel autoritário e disciplinador com que se reveste essa avaliação e suas conseqüências na socialização dos alunos e observando os professores avaliarem, Ohlweiler (1992) aponta que há falta de critérios, ou mesmo utilização

de critérios arbitrários. Os professores e um aluno confirmam, em suas respostas, a existência dessa situação no curso de Educação Física:

Existe uma disformidade muito grande na forma como se passa a avaliação no curso de Educação Física (Professor).

Acho que deveria haver um critério para a avaliação, mas acho que não existe nenhum critério no curso de Educação Física (Professor).

Não existem normas de como fazer a avaliação. O professor faz avaliação que ele bem entende (Professor).

Conforme a orientação oficial. Possivelmente tenha um avaliação prática, teórica e uma oral (Professor).

A gente não sabe nem os critérios. Na maioria das vezes, fazem terrorismo com a gente quando queremos algo diferente (Aluno).

Como podemos verificar, existe uma confusão muito grande, alguns acham que existem critérios, outros não. Os depoimentos mostram que existe uma falta de diálogo e de clareza sobre as concepções, isso faz com que cada professor realize a avaliação que considera que seja a mais adequada. Esse fato só reforça a idéia da falta de critérios e o autoritarismo dos professores.

Entendemos como falta de critérios todo o tipo de avaliação que não tem o objetivo de contribuir para o processo de formação do homem, dentro de uma perspectiva de emancipação, utilizando-se de critérios autoritários, sem relação com a realidade do aluno e com objetivo de puni-lo.

A avaliação passa a ser um instrumento nas mãos do professor para hostilizar os alunos, exigindo-lhes condutas variadas, até mesmo àquelas que são totalmente irrelevantes. Dessa forma, o autoritarismo faz com que o professor consiga do aluno a conduta que ele deseja.

Os autores que estamos utilizando reforçam as representações formadas durante nossa trajetória acadêmica: há, de fato, autoritarismo na avaliação, e esse é um mecanismo disciplinador de condutas sociais. É normal utilizar, na escola, o expediente de ameaçar os alunos com o poder da avaliação, caso as ordens do professor não sejam cumpridas. Uma atitude de indisciplina será tratada com um castigo ao aluno como, por exemplo, um teste relâmpago ou a advertência de que, se não restabelecerem a ordem social, sofrerão as conseqüências nas próximas provas. De um instrumento de crescimento do aluno a avaliação passa a

ser um instrumento de disciplina e medo. É o que revela também esse depoimento de um aluno onde denuncia também o autoritarismo dos professores:

Se a gente não faz o que eles querem a gente fica marcado no curso e, naquela disciplina, pode te preparar para repetir algumas vezes.

Ao mesmo tempo, o professor não utiliza adequadamente o resultado da avaliação. Constata o resultado, registra a nota no caderno de chamada, bimestre por bimestre, finalizando a aprendizagem, mesmo sendo insatisfatória.

A avaliação é entendida como um processo classificatório, seletivo, onde o professor evidencia a aprendizagem através de suas diferentes etapas e registra o resultado. Concordamos com Luckesi (1995) para quem, ao constatar o conhecimento, sem tomar qualquer outra decisão a não ser registrar os resultados evidenciados, o professor age como um médico, que, ao constatar uma pneumonia, registra detalhadamente todas as observações numa ficha e despede-se do cliente, deixando tudo como está, dizendo-lhe para voltar depois de quinze dias. Certamente esse paciente irá piorar muito ou até morrer. Será que admitimos essa atitude classificatória do médico? Mas admi-

timos pacientemente, ingenuamente, a mesma atitude no ensino, sem o menor constrangimento.

A avaliação atual identifica-se com uma prática que tem a função estática de classificar um objeto ou um ser humano dentro de um padrão determinado. Do ponto de vista da aprendizagem, poderá ser definitivamente classificado segundo um conceito qualquer, o que pouco auxilia no crescimento do aluno.

Para Olhweiler (1992) a avaliação não está ligada somente ao meio educacional. Ela faz parte do dia-a-dia das pessoas. Frequentemente deparam-se fazendo julgamento de valores a respeito de alguma coisa, de alguma situação da qual está se fazendo parte ou não. Esses julgamentos de valores podem ser considerados processos avaliativos, informais, pois eles incluem impressões, envolvem sentimentos baseados num outro referencial de valores puramente pessoais.

Porém, o que acontece na vida e na educação é a chamada avaliação terminal, que significa que ela está separada do cotidiano do professor e do aluno, e, o que é pior, o certo ou errado é registrado, rotulando o aluno. A nota é registrada e o aluno, mesmo que venha a corrigir o erro, continua sendo prejudicado pelo valor da nota,

que será sempre dado através de uma média. Nessa mesma perspectiva, Luckesi (1995) afirma que

A questão do erro, da culpa e do castigo na prática escolar está bastante articulada com a questão da avaliação da aprendizagem. Esta, à medida que foi desvinculada, ao longo do tempo, da efetiva realidade da aprendizagem para tornar-se instrumento de ameaça e disciplinamento da personalidade do educando, passou a servir de suporte para a imputação de culpabilidade e para decisão de castigo (p.58).

Ainda, segundo Luckesi (1995), o erro, especialmente no caso da aprendizagem, não deve ser fonte de castigo, pois é suporte para a auto compreensão, seja pela busca individual “à medida que se pergunta como e porque errou”, seja pela busca participativa, à medida que um outro discute com o aluno. Desse modo, o erro não é fonte para o castigo, mas suporte para o crescimento. Nessa reflexão, o erro é visto e compreendido de forma dinâmica, que possibilita um novo rumo ao crescimento que é visto como um caminho para o avanço e superação das dificuldades do aluno.

Mas isso supõe respeito pelo aluno. Infelizmente, o respeito nem sempre existe. É o que denuncia um aluno ao afirmar:

Muitos professores dão risada da nossa cara quando erramos.

Além do erro, outra contradição que detectamos é a média. Da maneira como é utilizada na educação, consideramos enganosa, pois ela opera com pequena quantidade de elementos e, dessa forma, cria uma forte distorção na expressão da realidade. Para demonstrar melhor como a média apresenta problemas, daremos um exemplo de Luckesi (1995). Um piloto de avião tira nota 10 na decolagem, mas depois tira nota 4 no pouso, dando média 7. Com esse resultado é aprovado. Mas quem teria coragem de voar com um piloto nessas condições?

O grave, nessa história, é que o próprio aluno se acomoda diante das incoerências do processo ao qual é submetido e que vem em prejuízo de sua formação. Ele entra no jogo do professor: fazer aquilo que o professor quer que ele faça, independente de suas necessidades e interesses, levando o aluno à submissão. Segundo um aluno:

Se a gente não faz as coisas do jeito deles, pode ter certeza que vai repetir umas quantas vezes a disciplina.

A avaliação faz parte do dia-a-dia. Ao mesmo tempo em que fazemos, estamos pensando, avaliando o que está sendo feito.

O professor tem de acreditar que o processo avaliativo é algo permanente. É preciso assumir o compromisso principal da avaliação, que é de fazer com que as pessoas, direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional, escrevam a sua própria história e gerem as suas próprias alternativas de ação.

Outro elemento é a transformação de qualidade em quantidade, o que impossibilita o professor de diagnosticar a real situação do aluno e, conseqüentemente, impossibilita o aluno de tomar consciência de sua situação de aprendizagem, fatos esses que significam dificultar o avanço do aluno. Para Luckesi (1990) "isso significa, por sua vez, uma atitude antidemocrática em questão de ensino" (p.51).

Também Chauí (1980) denuncia que os professores não tomam nenhuma decisão frente aos resultados obtidos pelos alunos, a não ser registrar os conceitos ou notas. Não são analisados os sucessos, a evolução e a interpretação dos resultados. Estes referem-se somente a um número ou conceito. Confirmando o pensamento da autora, um aluno afirma:

A gente faz a prova e a nota é fixada no mural, e a avaliação está terminada, se pedir revisão a nota diminui mais ainda.

Avaliação não é uma atividade de um sujeito isolado, nem uma simples técnica, mas um ato político-pedagógico, produto de um tipo de sociedade, de uma determinada época, objetivando a transformação ou a manutenção dessa sociedade. A avaliação da aprendizagem, portanto, não é um processo neutro, está vinculada a uma ideologia político-social. Implica uma determinada compreensão de mundo, de homem, de sociedade, e essas concepções determinarão a visão de educação, de ensino, de aprendizagem, de movimento e de Educação Física, diz-nos Bento (1987).

Esses conceitos de avaliação, colocados por Bento, nortearão o processo avaliativo, porém, é preciso refletir sobre o ser humano que se quer formar e em que tipo de sociedade desenvolverá suas atividades. Completamos essa idéia com o pensamento de Chauí (1980). Esta enfatiza que a universidade e o professor deverão fazer diretamente a reflexão, a análise e a problematização da prática avaliativa. A falta de clareza sobre essas concepções, por parte dos professores, tem sido um dos empecilhos para construção do conhecimento e, conseqüentemente, não tem contribuído de forma significativa para melhoria da qualidade de ensino. Quando falamos em dar qualidade ao

ensino é fundamental que se faça um trabalho de reflexão do processo pedagógico. Nessa perspectiva Bento (1987) afirma que:

sem um trabalho de reflexão suficientemente aprofundado não é possível a avaliação dos alunos e da atividade pedagógica do professor. E sem acompanhamento permanente do ensino nenhum professor consegue garantir a melhoria da sua prática pessoal (p.150).

Sem uma reflexão posterior acerca das aulas e sem uma avaliação crítica do próprio trabalho, verifica-se imediatamente um retrocesso dos resultados em todos os aspectos do ensino, da aprendizagem, da docência, da sua planificação, preparação e realização.

Mas também há professores que tendem a atribuir a culpa exclusivamente aos alunos. E, assim, esquecemos que, na maioria dos casos, as causas das falhas no ensino devem ser procuradas tanto no professor como nos alunos. O professor deve controlar e avaliar sempre os seus próprios resultados pedagógicos e a sua realidade. Como diz Bento (1987),

a fim de poder contribuir para melhoria da planificação e realização do ensino, constitui condição necessária um tipo de reflexão que não limite a análise do ensino a uma comparação do

objetivo e do resultado, a uma análise das condições determinantes de sucessos e insucessos, de rendimento e falta de rendimento (p. 157).

No entendimento de Hoffmann (1993), dizer-se que o acompanhamento da produção de conhecimento de um aluno possa se dar a partir de dados absolutamente precisos e objetivos, através de instrumentos altamente fidedignos, é negar o verdadeiro sentido da educação. Se essa é uma relação entre seres humanos, racionais, afetivos, então, implica, essencialmente, a subjetividade dessa aproximação nos entendimentos e desentendimentos advindos dessa relação. Uma relação que exige diálogo do professor e do aluno sobre suas maneiras de compreenderem o mundo.

Para isso, a avaliação do desempenho terá que se basear em pressupostos teóricos e metodológicos seguros, em opções e estratégias convenientes e adequadas. Mas, para tentar modificar, trabalhando numa proposta mais crítica encontraremos, com certeza, muitas forças contrárias. Devido ao medo e à acomodação, os professores acabam criando vários mecanismos de defesa, às vezes, até mesmo fazendo terrorismo, além de transferir para outras pessoas as responsabilidades e todos os problemas que estiverem ocorrendo.

Existe uma "prevenção" geral, como podemos ver a seguir, nas respostas dos professores.

Toda escola tem uma filosofia político-pedagógica, não devemos pegar uma crítico-emancipatória e colocar numa escola tradicional, só com a Educação Física trabalhando. É preciso que a escola aceite como um todo e trabalhe nessa perspectiva.

Como passar essa teoria para a Educação Física, pois Educação Física é diferente, porque lida com movimento, e esses autores lidam com teoria da educação.

Vejo um risco que no final do semestre os alunos não saibam nada.

Eu acho que as idéias do pesquisador são velhas.

A maior dificuldade que eu vejo, é que esse pessoal não está disposto a modificar sua mentalidade.

Por isso temos que esclarecer melhor o que seria uma proposta crítico-emancipatória.

Essa concepção tem como objetivo a qualidade sempre crescente do ensino e deve buscar a qualificação constante e dinâmica do aluno e do professor. O importante é que cada um decida clara e exatamente aquilo que é importante e aquilo que procura; escolha o tipo de observação e documentação que poderá fornecer mais dados naquele sentido, registran-

do os dados mais significativos, escolhendo, de antemão, critérios que ajudem a decidir acerca da satisfação ou insatisfação com os resultados da análise e encarando possibilidade de melhoria em caso de resultados negativos.

Nessa concepção, avaliar é acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno. O professor precisa estar atento, contribuindo para o desenvolvimento do aluno, compreendendo-o como um ser global, possibilitando-lhe ampla participação à medida que a aprendizagem vai acontecendo.

O que deve interessar ao professor, numa resposta, não é se está certo ou errado e, sim, como o aluno chegou a tal resposta. O erro é parte importante da aprendizagem, já que expressa uma hipótese de elaboração de conhecimento, consistindo, portanto, num erro construtivo. O que o aluno faz é, por partes, ir selecionando e aperfeiçoando novas estratégias de ação que o levem a atingir o sucesso nas tarefas propostas e nos futuros desafios.

A avaliação deve ser contínua, integrada ao processo global de avaliação do curso, de forma a verificar vários momentos do desenvolvimento do aluno. A idéia é dar ênfase à comparação do aluno com seu pró-

prio desenvolvimento, ao invés de apenas comparar o seu rendimento, em dado momento, com um parâmetro externo.

Pelo exposto, compreendemos que as atividades realizadas pelos alunos necessitam ser acompanhadas e apreciadas pelos professores de forma sistemática, pois elas fornecerão informações que possibilitarão uma melhor tomada de decisão frente ao conhecimento.

Notas

- 1 Fonte: Jornal Nacional, Rede Globo, Janeiro de 1996.
- 2 Fonte: Jornal do Almoço, RBS, Janeiro de 1996.

Bibliografia

- BENTO, J.O. *Planejamento e avaliação em Educação Física*. Lisboa, Horizonte, 1987.
- CHAUI, M.I. Ideologia e Educação. *In: Educação e sociedade*. Cortez, 5(24-40), 1980.
- DAMKE, I.R. *O processo do conhecimento na pedagogia da libertação. As idéias de Freire, Fiori e Dussel*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995. 165 p.
- _____. *Avaliação da aprendizagem: um processo científico-crítico*. Santa Maria, Proposta de Pesquisa ao CNPq, 1995. 8p.

- _____. Planejamento participativo na escola. *Revista de Educação AEC*. Brasília: Coronária, 94(88-89), Jul/Set/1995.
- _____. Níveis de conhecimento e explicação da realidade. *Revista Educação AEC*. Brasília: Coronário, 98 (32-41), Jan/mar/1996.
- HOFFMANN, J. *Avaliação mediadora*. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
- _____. *Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre, Mediação editora, 1995.
- _____. *Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica*. Campinas, Papirus, 1992.
- LUCKESI, C.C. *Avaliação educacional: pressupostos conceituais*. In: Tecnologia educacional, Ano VII, nº 24, Set/Out/1978.
- _____. *Prática docente e avaliação*. Rio Janeiro, AT, 1990.
- _____. *A avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo, Cortez, 1995.
- OHLWEILER, Z.N. *Avaliação da aprendizagem no currículo de educação física nas escolas de Santa Cruz do Sul*. Santa Maria, UFSM, 1992. (Dissertação de mestrado).